



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 20 de março de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Um quinto dos produtos industriais já vem de fora ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Eletrônicos lideram as importações..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
<b>O GLOBO</b> Governadores aumentam pressão para Dilma rever pacto federativo..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>O GLOBO</b> Insumo importado bate recorde ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>VALOR</b> No Brasil, 22% dos insumos foram importados em 2011 ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Rio+20 começa a definir "o futuro que queremos"..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Um quinto dos produtos industriais já vem de fora</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Um em cada cinco produtos industriais vendidos no Brasil já é feito no exterior**

**EDUARDO CUCOLO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

Um em cada cinco produtos industriais vendidos no Brasil em 2011 foi fabricado em outro país, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os produtos importados responderam por 19,8% do consumo no ano passado, percentual recorde, acima dos 17,8% de 2010.

A própria indústria nacional contribuiu para o aumento no consumo de importados: 21,7% dos insumos utilizados pelo setor vieram de outros países, participação também recorde no levantamento. O estudo, feito em parceria com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), levou em conta dados retroativos a 1996.

O levantamento também calcula a parcela da produção nacional vendida para o exterior. Coincidentemente, é o mesmo percentual de consumo de importados. Ou seja, o Brasil exportou quase 20% da sua produção industrial e importou quase 20% do que consumiu em 2011.

Para CNI, esse "empate" não é bom para o País. Em primeiro lugar, porque as vendas para o exterior superavam com folga o consumo de importados até 2007, o que mudou a partir da crise de 2008. Além disso, enquanto a importação bate recorde, a exportação ainda está abaixo do pico de 22,9% alcançado em 2004. Por isso, a previsão é que as vendas voltem a ficar abaixo das compras externas neste ano, o que não acontece desde 2001.

Tendência. "Isso é uma combinação de câmbio valorizado e uma economia em que o consumo cresce. A tendência é continuar esse quadro, o que nos leva a esperar um crescimento mais intenso na importação do que na exportação", disse o gerente executivo da Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

Segundo o economista, essa "coincidência" se deve ainda ao desempenho da indústria extrativa. Quando se considera apenas a indústria de transformação, a participação das vendas cai para 15% da produção, abaixo do percentual de consumo de importados (18,5%).

A pesquisa também mostra outro resultado ruim para a indústria de transformação: caiu a diferença entre a receita de exportação e o gasto com a compra de insumos importados. Em 2004, essas empresas alcançaram um ganho líquido de 11,6% nas operações de comércio exterior. No ano passado, as vendas superaram as compras externas em apenas 3%, menor nível da série retroativa a 1997. Na indústria extrativa, que tem alto volume de exportações e compra poucos insumos, a diferença é de 72%.

Para a CNI, esses números tendem a piorar, mesmo com as medidas adotadas pelo governo para segurar o dólar e impulsionar a atividade econômica. "Se nada for feito para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, creio que o quadro tenda a se agravar. Vamos ter um baixo crescimento da produção e, como consequência, da economia em 2012", disse Castelo Branco.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Eletrônicos lideram as <u>importações</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**51% dos produtos de informática, eletrônicos e ópticos vendidos no País em 2011 vieram de fora**

**EDUARDO CUCOLO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

Produtos de informática, eletrônicos e ópticos lideraram o aumento nas importações, tanto de itens para consumo como de componentes industriais, no ano passado, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

As importações responderam por 51% do consumo desses produtos no País em 2011, ante 45,4% em 2010. De acordo com a confederação, esse é o único segmento da indústria de transformação em que produtos estrangeiros têm participação superior aos nacionais nas vendas.

O levantamento mostra também aumento na participação de importados na comercialização de produtos de 21 entre 27 setores analisado no ano passado. A maioria com percentuais recordes da série iniciada em 1996, como derivados de petróleo e biocombustíveis (23%), têxteis (19%) e vestuário (8%).

Boa parte desse resultado é explicada pelas importações realizadas pelo próprio setor industrial. A participação de componentes de informática, eletrônicos e ópticos importados, por exemplo, passou de 59% em 2010 para 77% do total no ano passado.

Segundo a CNI, a maioria dos setores analisados aumentou a compra de insumos vindos de fora do País. Entre aqueles que mais elevaram essas compras estão ainda metalurgia, químicos e têxteis.

**Exportações.** Os números de 2011 mostraram ainda aumento na importância das vendas externas no ano passado em 16 setores da indústria, com destaque para metalurgia, máquinas e equipamentos e têxteis. Nessas empresas, as

exportações têm hoje um peso maior em relação à produção do que tinham em 2010.

Apesar dessa recuperação, a confederação avalia que esse número não é uma tendência. "Do lado das exportações, houve alguma melhora de preços por conta das commodities, mas o que nos preocupa mais é o lado das importações, principalmente de insumos em alguns segmentos intensivos, como informática", disse o gerente executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

O economista da confederação da indústria avalia que a tendência é que mais setores da indústria apresentem um índice de importação maior que o verificado nas vendas para o exterior, o que já ocorre hoje também com vestuário e veículos automotores.

"Guerra". Entre os problemas que afetam a competitividade do setor, segundo ele, estão os benefícios fiscais dados por alguns Estados para importadores, dentro da disputa conhecida como guerra dos portos.

Em relação ao câmbio, o economista diz que, mesmo com o dólar na casa de R\$ 1,80, a cotação real (descontada a diferença entre a inflação dentro e fora do País) ainda mostra um real mais valorizado, o que reduz a competitividade da indústria brasileira. "Com dois ou três anos desse diferencial de inflação, a taxa de câmbio nominal continua sendo mais baixa", afirmou.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governadores aumentam pressão para Dilma rever pacto federativo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Senado cria comissão de especialistas para tentar obter proposta consensual

**BRASÍLIA.** Os governadores aumentaram a pressão junto à presidente Dilma Rousseff para discutir um novo pacto federativo.

Em pauta, temas sensíveis que vão da partilha dos royalties do pré-sal à renegociação de dívidas com a União.

Responsável por definir regras sobre endividamento dos entes federativos e operações de crédito, o Senado também decidiu agilizar essas discussões e criou uma comissão com 14 especialistas, que terá 60 dias para apresentar sugestões de mudanças no atual pacto federativo.

Esse processo representa uma verdadeira corrida contra o tempo, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, em 2013, entrem em vigor novas regras para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o que traz grande preocupação aos governadores.

Nelson Jobim vai presidir comissão de especialistas A comissão de especialistas foi criada pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e será presidida por Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-ministro da Justiça e da Defesa.

Hoje, Jobim se reúne com Sarney para definir o cronograma de trabalho. Também integram a comissão o economista Bernard Appy; o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso; o ex-secretário da Receita Everardo Maciel; o tributarista Ives Gandra da Silva Martins; e o ex-ministro da Saúde Adib Jatene, entre outros.

Um dos pontos mais sensíveis para os estados é o indexador de seus contratos de dívidas com a União. Essa correção é fixada hoje em IGP-DI mais 6% a 9%, o que estaria descolado do cenário atual, no qual a taxa básica de juros da economia está em queda. Outro elemento delicado são as novas regras de distribuição para o FPE.

Em 2010, o STF considerou inconstitucional a fórmula atual de distribuição de recursos do fundo - 85% das receitas vão para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15%, para Sul e Sudeste. O FPE é formado com recursos do Imposto

de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em 2011, o FPE repassou R\$ 48 bilhões para os estados. Para 2012 a previsão é de R\$ 55 bilhões.

Os governadores vêm se reunindo para discutir as questões.

Na última quinta-feira, em Belo Horizonte, reuniram-se os governadores do Sudeste: Antonio Anastasia (Minas Gerais), Geraldo Alckmin (São Paulo), Sérgio Cabral (Rio de Janeiro) e Renato Casagrande (Espírito Santo).

Ontem, Casagrande esteve com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para discutir outro item polêmico da pauta dos governadores: a chamada Resolução 72, que trata das alíquotas do **ICMS** interestadual para **importações**, que deverá ser nivelada em 4%.

Para os estados que perderem com essas novas regras, como Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, o governo promete reforçar investimentos, em infraestrutura, por exemplo.

A questão do **ICMS** terá uma maratona de debates, hoje e amanhã, nas comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos do Senado, com a presença de governadores e economistas.

Para Everardo Maciel, é preciso restringir a pauta Além de Casagrande, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, também se reuniu ontem com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e, depois, com Mantega. Segundo Colombo, Santa Catarina perderá R\$ 1 bilhão com as novas regras.

- O processo não é tão simplista assim. Essa resolução carece de princípios legais. Nos últimos 50 anos, não foi aprovada nenhuma resolução igual a essa.

Ela tem de ser feita por lei complementar - disse Colombo.

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), pondera que o encontro com Mantega apenas iniciou a discussão: - Estamos iniciando uma concertação do pacto federativo e não podemos ficar divididos entre os que reclamam e os que conclamam - disse.

Para Everardo Maciel, que integrará a comissão do Senado, é preciso definir uma pauta específica, porque pacto federativo é amplo demais: - O Supremo entendeu que, para 2013, teria que haver um novo modelo de FPE. Sem FPE, é mais ou menos a fronteira do caos. Mas discutir o pacto federativo é muito abrangente.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Insumo <u>importado</u> bate recorde</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Em 2011, uso de material de fora pela indústria nacional alcançou 21,7%**

**Flávia Pierry**

BRASÍLIA. Com a desvalorização do dólar, mais produtos importados estão sendo comprados no Brasil, e não só por pessoas físicas. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o uso de insumos importados pelas indústrias em 2011 cresceu 2,6 pontos percentuais ante ano anterior, e alcançou patamar recorde, de 21,7%.

Com a ajuda do consumo industrial, no ano passado um em cada cinco produtos industrializados consumidos no Brasil foi importado, o equivalente a 19,8% do total. Essa relação é dois pontos percentuais maior do que a quantidade de importados que entraram no mercado brasileiro em 2010, que equivaliam a 17,8%, e também é recorde.

Segundo o gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, o crescimento da fatia de importados no mercado brasileiro se deve não só à valorização cambial e ao aumento do consumo interno. Castelo Branco afirmou que os problemas estruturais do país

(como burocracia, juros elevados, falta de infraestrutura e alto custo trabalhista), que dificultam a competição entre as empresas brasileiras e as de outros países, também influenciaram a maior entrada de importados no ano passado.

Para este ano, a perspectiva é que importados sigam aumentando sua participação, aponta Castelo Branco:

- Se nada for feito para atenuar os custos sistêmicos, o quadro deve se agravar, com o crescimento da economia sendo limitado pelo baixo desempenho da indústria este ano.

Apesar da valorização do real, as indústrias conseguiram aumentar a quantidade de itens que foram exportados no ano passado. O coeficiente de exportações, ou seja, a participação desses produtos no total fabricado pelas indústrias em 2011 aumentou dois pontos percentuais, a 19,8%. Esse foi seu segundo aumento consecutivo.

Mesmo com o crescimento no ano passado, frente a 2011, esse não é o maior patamar já apurado pelo setor. Em 2008, as exportações equivaliam a 22,9% da produção industrial brasileira.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>No Brasil, 22% dos insumos foram <u>importados</u> em 2011</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por João Villaverde e Thiago Resende | De Brasília

A indústria de transformação brasileira bateu recorde no uso de insumos **importados** em 2011. De acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentado ontem em Brasília, o equivalente a 22,4% dos insumos utilizados pelos fabricantes brasileiros para produzir, no ano passado, foram **importados** - o maior patamar da série histórica, iniciada em 1996. De acordo com a CNI, o avanço de insumos, partes e peças adquiridos do exterior continua forte em 2012.

O estudo da CNI mostra, também, que o custo com insumos **importados** foi superior à receita com **exportações** em dez setores da indústria de transformação no ano passado. Em 2005, isso acontecia em cinco setores. "Os setores foram se estruturando dessa forma. Passaram a substituir insumos nacionais na sua cadeia pelos **importados** e abandonaram a **exportação**", explica Marcelo de Ávila, economista da CNI.

Na indústria de transformação, o chamado coeficiente de **exportação** líquida ficou em 3% no ano passado, ante 3,4% em 2010, e 11,6% em 2005. Isso significa que houve redução na diferença entre o valor **exportado** em comparação com o total gasto com insumos **importados** no setor. A indústria como um todo, considerando a extrativa mineral e de petróleo, registrou um coeficiente superior, 9%

Como a atividade da indústria mineral está mais relacionada a recursos naturais, esse setor não é tão afetado por variações cambiais, ressalta Ávila. "A indústria de transformação sofre mais, porque é menos competitiva" e então recorre à substituição por **importados** para se proteger do câmbio. Apesar de perder força nas **exportações** com a valorização do real, os setores mais vinculados a insumos

estrangeiros compensam parte dos efeitos da valorização da moeda doméstica com a queda no custo de **produção**.

A utilização de insumos **importados** é heterogênea no parque industrial nacional. Enquanto os fabricantes de alimentos e bebidas e também os fabricantes de produtos de madeira, cujos insumos são fartos no Brasil, utilizaram apenas 4,5% e 5,9% de **importados** na **produção**, em outros setores, como as indústrias química e metalúrgica, os **importados** já representam quase metade dos insumos utilizados na **produção**.

O avanço dos insumos **importados** na indústria metalúrgica apresentou o ritmo mais acelerado - passou de 26,2% do total, em 2005, para 46,4% no ano passado. Economistas da CNI avaliam que os insumos **importados** devem representar mais da metade do utilizado pela indústria metalúrgica neste ano.

Para o consumidor final, o salto das **importações** que competem com os bens produzidos pela indústria de transformação também foi expressivo. Essa participação passou de 14,5% do total de bens e **mercadorias** consumidas em 2005, ano em que se inicia o ciclo de crescimento econômico, para 18,5% em 2011. Setorialmente, esse aumento da presença de produtos vindos do exterior foi bem mais marcante: em bens de informática, por exemplo, ela passou de 44,1% para 51% apenas entre 2009 e 2011. Em aparelhos de áudio e vídeo, ela passou de 22,8% para 37,1% na mesma comparação, enquanto em têxteis ela foi de 13,3% para 18,5%.

	VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Rio+20 começa a definir "o futuro que queremos"</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**O Brasil ECONÔMICO** inicia hoje uma série de reportagens semanais sobre a reunião que vai reunir chefes de Estado para discutir **desenvolvimento** sustentável, em junho, no Rio.

**Rio +20 vai definir "O futuro que queremos"**

**Desafio é trazer resultado mais significativo que o de conferências anteriores**

**Gabriela Murno**

A exatos três meses da Rio +20, foram retomadas ontem, em Nova York, negociações para a elaboração do "rascunho zero" do documento intitulado "O Futuro que Queremos" e que norteará a Conferência das Nações Unidas para o **Desenvolvimento** Sustentável.

A rodada, que vai até 27 de março, pretende diminuir polêmicas em torno da declaração final do evento, que acontece entre os dias 20 e 22 de junho, no Rio.

Representante da sociedade civil, a ONG Vitae Civilis, classifica o documento produzido até agora como "genérico e fraco". Para Rubens Born, coordenador adjunto da ONG, o enfoque dado à economia verde é "superficial" e não há avanços em relação ao que foi discutido na Rio 92 e em outros encontros internacionais sobre o tema. "É preciso especificar quais instrumentos deveriam ser utilizados para se chegar a esta economia. "O quê" e "o porquê" foram discutidos em conferências anteriores. Precisamos agora chegar ao "como" e ao "quando", diz. Rubens aponta outros problemas no documento. "Ele sugere que seja criada uma ouvidoria, mas não se sabe sequer para quê. Além disso, a questão da governança ambiental ainda aparece de forma primária", critica.

O governo brasileiro também cobra melhorias no rascunho. Entretanto, se aprovado pelo Congresso Nacional, o Código Florestal Brasileiro pode ser um dos "calcanhares de Aquiles" da delegação brasileira no encontro.

Para o Grupo de Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU), há urgência na incorporação de normas e padrões internacionais de direitos humanos com rigorosos mecanismos de responsabilização. "Aprendendo com os erros dos Objetivos do Milênio, as novas metas sustentáveis

devem integrar a ampla gama dos direitos humanos ao **desenvolvimento** sustentável, e os direitos humanos devem ser a referência para analisar se um **desenvolvimento** equitativo, inclusivo e sustentável está ocorrendo", diz.

Em sua passagem pelo Brasil, o Secretário-Geral das Nações Unidas para a Rio +20, Sha Zukang, mostrou otimismo quanto aos preparativos para a Conferência. "O grau de entusiasmo e compromisso é extraordinário. A ONU chegou ao **Brasil** com uma série de questões em aberto e a maioria foi resolvida", disse.

Zukang afirmou ainda que o Host Country Agreement (Acordo do País Anfitrião) deve ser assinado em breve. O acordo, firmado entre o governo brasileiro e a ONU, determina todos os aspectos de cooperação e logística para a realização do encontro.

Para Zukang, a crise financeira internacional e o período eleitoral de alguns países, como o próprio **Brasil** e os Estados Unidos, pode prejudicar a elaboração de metas para a economia verde no mundo, tema que será muito discutido ao longo da Conferência.

Sha informou também que uma bandeira da Organização será hasteada, no RioCentro, em cerimônia oficial, dia 5 de junho. A partir de então até o último dia de Conferência, o local será considerado território das ONU.

A Rio+20 espera reunir 50 mil pessoas e terá dois eixos de discussão: a economia verde e a estrutura institucional para o **desenvolvimento** sustentável.

## **DA RIO-92 À RIO+20**

### **1992**

Rio-92 ou Cúpula da Terra teve a participação de 172 países. Daí saem os principais documentos que balizam as discussões internacionais sobre o meio ambiente (Convenção do Clima e Biodiversidade, Agenda 21 e Declaração sobre Florestas)

### **1994**

**Primeira Conferência das Partes (COP) sobre biodiversidade**

### **1995**

Primeira Conferência das Partes (COP) para redução das emissões de gases do efeito estufa, em Berlim

### 1997

Durante a COP 3, em Kyoto, são adotadas as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa para os países desenvolvidos.

Os países em **desenvolvimento** estão desobrigados de adotar metas. No mesmo ano, é criada a Global Report Initiative (GRI), que se torna o padrão mundial para relatórios de sustentabilidade das empresas

### 1999

#### Lançado o Índice Dow Jones de Sustentabilidade

### 2000

ONU lança as Metas do Milênio, destinadas a erradicar a pobreza e a fome, reduzir a desigualdade de gênero, a mortalidade infantil, combater a Aids e a malária, garantir a sustentabilidade e atingir o ensino básico universal

### 2003

Bancos lançam os Princípios do Equador, incorporando salvaguardas ambientais em projetos de financiamento acima de US\$ 50 milhões.

Em 2006, os valores são revistos para acima de US\$ 10 milhões

### 2009

A COP15 em Copenhague une os líderes globais para a criação de medidas contra o aquecimento global. Apesar disso, não há acordo final

### 2010

Mais de 190 países assinam o Protocolo de Nagoia, como parte da Conferência de Diversidade Biológica, que garante acesso e repartição de benefícios da biodiversidade e também um plano estratégico de ações até 2020

### 2012

Conferência das Nações Unidas sobre **Desenvolvimento** Sustentável ou Rio+20 vai discutir a governança ambiental e a economia verde

Integrar economia verde com redução da pobreza é o desafio

Essa é a opinião do embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do **Brasil** para a Rio+20, que defende ainda o fomento a novas tecnologias

### Martha França

Dois temas caros ao **Brasil** serão discutidos na Rio+20: a economia verde ou de baixo carbono e instrumentos de governança para o **desenvolvimento** sustentável. Aparentemente genéricos, os temas já ecoam as tensões que têm marcado os encontros patrocinados pelas Nações Unidas quando se busca um consenso.

O embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do **Brasil** para a Rio+20, assinala que a proposta da conferência que será realizada no **Brasil** é equilibrar o foco da sustentabilidade nos seus três pilares: econômico, social e ambiental. Para Lago, a Rio+20 deverá ir além da conservação de recursos naturais, para mostrar como integrar essa questão à economia, à redução da pobreza e ao fomento de novas tecnologias. "O equilíbrio entre ambiental, social e econômico foi deturpado ao longo dos anos e queremos mostrar que a economia verde pressupõe que os três pilares não podem ser dissociados", diz, lembrando o que chama de "espírito de Estocolmo", referindo-se à primeira conferência ambiental da ONU, realizada em Estocolmo, em 1972, e na qual muitos países viam a conservação de recursos como contrária ao **desenvolvimento**.

Nesse contexto, afirma o embaixador, o **Brasil** defende uma estrutura de governança ambiental transversal, no mais alto nível, com a participação de organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do **Comércio** (OMC).

Em contraposição, a proposta europeia é de criação de uma agência para o meio ambiente, que substituiria o atual Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). "Nós não nos opomos a que o Pnuma seja fortalecido e ampliado, mas tem que ser dentro do contexto do **desenvolvimento** sustentável e isso seria difícil se for levado em conta só a questão ambiental", diz Lago. "Eu acredito que as empresas provaram em vários níveis que pode haver um equilíbrio possível entre os três pilares", afirma.

Daí, segundo Lago, existir um forte engajamento do setor privado para ter um papel ativo na Rio+20 e ajudar a avançar em problemas como eficiência energética, redução de emissões de carbono e eliminação de subsídios para práticas insustentáveis, além de mecanismos de **mercado** para financiar o **desenvolvimento** sustentado.

O governo brasileiro prevê a realização, de 16 a 19 de junho, antes da Rio+20, dos Diálogos Sustentáveis, evento

que irá acontecer no Riocentro, o lugar da reunião da cúpula, mas sem caráter deliberativo.

A ideia é definir painéis de alto nível relacionados ao **desenvolvimento**, com temas como energia, segurança alimentar, consumo e agricultura.

Para enriquecer as discussões, serão convidados renomados especialistas e ganhadores do Prêmio Nobel. "A ideia é que esses debates tenham efeito sobre a sociedade mundial e brasileira aproveitando a visibilidade da conferência", diz Lago. "É preciso que todos tenham clareza de que essa é a agenda do futuro."

#### **Acessibilidade e inclusão social entram na pauta**

Serão produzidos documentos em braille e em audiodescrição, além de acessos especiais

O **Governo Federal** quer se tornar referência em acessibilidade para grandes eventos. Para isso, portadores de necessidades especiais terão acesso a todas as áreas da Rio+20, em junho.

As ações vão envolver não só as pessoas credenciadas, mas todos os participantes dos eventos paralelos, que serão realizados em áreas da Barra da Tijuca, Aterro do Flamengo, Pier Mauá e Quinta da Boa Vista. Haverá duas vertentes: a primeira se refere aos equipamentos físicos e digitais e a segunda pretende garantir acessibilidade na própria organização da Rio+20. Para isso, estão sendo contratadas pessoas com deficiência. Além da acessibilidade física, há também a preocupação em relação à acessibilidade de conteúdo nos documentos oficiais da Conferência. Recursos como braille (sistema de leitura para cegos), close caption (legenda oculta) e em audiodescrição (ao vivo ou gravada) serão utilizados.

O governo também pretende que a inclusão social seja uma marca da Conferência. Cerca de 1.000 jovens de comunidades carentes do Rio de Janeiro e 500 universitários serão convidados a participar. Ainda não estão definidas todas as áreas em que atuarão, mas atendimento ao público será uma delas.

Estes jovens receberão treinamento em meio ambiente, **desenvolvimento** sustentável e direitos humanos, além de temas específicos da Conferência. Os parceiros para este projeto ainda serão definidos.

#### **G.M.**

Rio de Janeiro já tem 93% das reservas de hotéis confirmadas

Nível de ocupação durante a realização da Rio+20 só se equipara a de eventos como Carnaval e Réveillon

#### **Gabriela Murno**

A taxa de ocupação da rede hoteleira do Rio de Janeiro para o período da Rio+20

- de 20 a 22 de junho deste ano - é de 93,80%. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (Abih-RJ), índices como este só são alcançados em altas temporadas, como as do Carnaval e do Réveillon - transmitidos para o mundo pelas redes de televisão. Em relação às categorias de hospedagens, 94,33% dos hotéis cinco estrelas e 94,40% dos de categoria três e quatro estrelas já estão ocupados. Estes números incluem os bloqueios feitos pela própria organização da Conferência das Nações Unidas para o **Desenvolvimento** Sustentável, responsável pela Rio+20.

Segundo o presidente da entidade, Alfredo Lopes, o parque hoteleiro de cidades vizinhas, como Niterói e Petrópolis, também está sendo mobilizado, principalmente, para abrigar hóspedes que vem à cidade para eventos paralelos à Rio+20, mas que não têm relação direta com o evento. "Se a pessoa vai para Itaguaí, por exemplo, pode ficar hospedada em Agra dos Reis, não precisa ficar no Rio", afirma. Ainda segundo o presidente, no próximo dia 27, haverá uma reunião entre a entidade, **Ministério** do Turismo, Embratur, Itamaraty e Grupo Terra Mar (agência oficial da Rio+20) para discutir como andam os preparativos para o evento.

As reservas feitas pelo Comitê Nacional de Organização da Rio+20 (CNO) têm influenciado na ocupação dos hotéis. Segundo o Comitê, cerca de 80 chefes de estado e de governo já confirmaram presença no encontro.

A expectativa é que este número chegue a 120. "Além de algumas delegações ainda não terem sido confirmadas, o número de participantes de cada uma varia. A variação combinada com a logística necessária de deslocamento faz com que a seleção dos hotéis seja complicada. É um trabalho de formiguinha", ressalta Alfredo.

A preocupação com a segurança dos líderes é tamanha que as nações confirmadas e seus locais de hospedagem não podem ser divulgados. Apenas o governo espanhol declarou que virá ao evento.

A Conferência chegou a ser adiada quinze dias pela presidente Dilma Rousseff para que um número maior de representantes pudessem comparecer.

A mudança foi feita para que a Rio+20 não coincidisse com a comemoração dos 60 anos de coroação da rainha da Inglaterra, entre os dias 4 e 6 de junho, pois vários líderes do G20 e de países europeus vão participar da festa britânica. Além disso, países da Ásia pediram para que a Conferência fosse marcada para uma data próxima a reunião do G20, marcada para os dias 18 e 19 de junho, no México.

## **CRONOGRAMA DA RIO+20**

Além da conferência, haverá um conjunto de eventos relacionados

### **13 A 15 DE JUNHO**

PrepCom3: última reunião preparatória de onde sairá rascunho do documento final da conferência

### **16 A 19 DE JUNHO**

Diálogos com a Sociedade Civil, patrocinado pelo governo brasileiro com negociações e consultas informais entre governos e sociedade civil. Cúpula dos Povos, organizada por entidades da sociedade civil brasileira e internacional. Eventos independentes

### **20 A 22 DE JUNHO**

Conferência oficial com chefes de Estado

Fonte: ONU

Eventos paralelos também trazem visitantes à cidade

Cúpula dos Povos, de 13 a 23 de junho, reunirá entre 10 e 15 mil pessoas no Aterro do Flamengo

Os eventos paralelos à Rio+20 também atrairão visitantes.

Apenas para a Cúpula dos Povos, o principal evento que acontece na esteira do principal, organizado pela sociedade civil global, são esperadas entre 10 mil e 15 mil pessoas - dos quais farão parte desde grupos de jovens e indígenas até quilombolas. Mas esse tipo de público não deve lotar os hotéis - a expectativa é que eles fiquem acampados, mas o lugar ainda não está definido.

A Cúpula dos Povos vai acontecer entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro. "Ainda estamos em negociação, porque queremos ficar acampados no próprio Aterro para não fragmentar o grupo", afirmou Carlos Henrique Painei à Agência Brasil. Carlos é membro do Comitê Facilitador Nacional da Rio+20.

Ele lembra que, além dos acampamentos organizados, devem vir ao Rio grupos de outros países da América Latina, que terão dificuldade em encontrar hospedagem.

## **G.M., com agências**

### **Conferência de Estocolmo criou um marco ambiental**

Reunião na Suécia deu origem à criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente, no Brasil

A Conferência de Estocolmo foi a primeira tentativa de organizar as relações entre o homem e o meio ambiente. O encontro foi realizado em junho de 1972, na Suécia, e reuniu 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não governamentais.

**Os temas discutidos foram a chuva ácida e a poluição.**

A solução apresentada pelos Estados Unidos, junto com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), foi acabar com as atividades industriais de todos os países por um período, já que a indústria é o setor que mais polui o ambiente. A decisão foi contestada pelas nações em **desenvolvimento**, já que elas tinham a base da economia apenas na industrialização. Por conta deste impasse, a Conferência ficou conhecida pela disputa do "**desenvolvimento** zero", defendido pelos países ricos e pelo "**desenvolvimento** a qualquer custo", defendido pelos países em **desenvolvimento**.

No final da reunião foi concebido um documento relacionado aos temas ambientais, de preservação e uso dos recursos naturais.

Depois de participar da Conferência, o **Brasil** promoveu a elaboração do decreto que instituiu em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Brasil precisa investir em inovação para desenvolver a indústria "verde"

Velloso, que chegou a defender a poluição como preço para o crescimento, diz agora que sustentabilidade é o futuro do país

## **Martha França**

Já se foi o tempo em que João Paulo dos Reis Velloso defendia o **desenvolvimento** econômico a qualquer preço. Um dos estrategistas do chamado milagre econômico brasileiro - ele foi ministro do Planejamento entre 1969 e 1979 - Reis Velloso chegou a ser citado em editorial do The New York Times sobre a 1ª Conferência Mundial sobre o Homem e o

Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, com a frase "Vamos à poluição."

Naquele momento, o modelo de **desenvolvimento** brasileiro baseava-se no uso dos recursos naturais considerados infinitos, em sistemas industriais muito poluentes e na intensa exploração da mão de obra barata. Mas o mundo mudou e Reis Velloso, hoje com 80 anos, também.

Organizador do Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), ele lançou o livro "A questão ambiental e a Rio+20", no qual sai em defesa da economia verde que, segundo ele, é "uma grande oportunidade para o Brasil".

O economista diz esperar que a Rio+20, deixe um legado nessa direção ao país.

O **Brasil** está preparado para usufruir da economia verde?

Esse é o momento das grandes oportunidades para o Brasil. Devemos avançar em três áreas - ambiental, agrícola e energética - e abrir uma nova frente para a criação da indústria verde, que já nasce sem emissões ou com baixas emissões de carbono.

Precisamos mudar o que os economistas chamam de função de **produção** ou a maneira de produzir. Precisamos criar um sistema de inovação e de pesquisa e **desenvolvimento** verdes.

Nós temos melhorado em inovação, mas ainda não na criação de uma indústria verde.

Como essa ideia se aplicaria à agricultura e energia?

Nós não apenas temos uma grande tecnologia de agricultura tropical, mas de agricultura de baixo carbono. E temos uma matriz energética que é muito boa porque é constituída principalmente de energias renováveis.

Deveremos avançar mais ainda em energias renováveis, aumentando a participação da energia elétrica, além de desenvolver novas tecnologias de biocombustíveis.

Temos duas propostas nessa área que vão entrar no centro das discussões. Uma é a opção pela energia elétrica, com a possibilidade de desenvolver, por exemplo, o carro elétrico.

Outra é mudar o sistema de transporte público nas grandes metrópoles. Hoje, a base é o ônibus, que não funciona. A proposta que fazemos é mudar para um sistema a

base de trens, como metrô e VLT (veículo leve sobre trilhos). Ônibus é ruim.

Como o **Brasil** poderia avançar em pesquisa e **desenvolvimento** para uma economia verde?

Temos um enorme potencial de biodiversidade com a floresta amazônica e não sabemos aproveitar. A estratégia é simples: utilizar a biodiversidade para fazer biotecnologia. Esta é a tecnologia do século 21, que pode se transformar em algo tão **importante** quanto a informação e comunicação.

Existe uma empresa na Ilha do Fundão que produz sabe o quê? Moléculas. **Exporta** moléculas para as indústrias farmacêutica e agrícola, e aeroespacial. Este é o futuro.

Em 1972, na conferência de Estocolmo, o senhor não era um entusiasta da economia verde. O que mudou?

Há muito tempo que o **Brasil** enveredou para este caminho de criar uma economia verde ou de evitar a poluição. No segundo PND (Programa Nacional de **Desenvolvimento**), de 1974, já havia um capítulo sobre controle de poluição. Isso era muito avançado na época. Depois criamos a Secretaria Especial do Meio Ambiente que resultou no **Ministério** do Meio Ambiente. E tomamos outras medidas: proibimos, por exemplo, qualquer incentivo financeiro ou fiscal em indústrias localizadas na Grande São Paulo, porque a região já era muito poluída. Adotamos medidas para que a indústria crescesse no interior ou em outros estados. Naquela época havia uma história de que São Paulo não podia parar. Dissemos que podia. São Paulo podia se desenvolver pelos serviços.

#### **O que o sr. espera da Rio+20?**

Que ela caminhe na direção certa e comece a entender que temos de evoluir para a história da economia verde, ou de **PIB** Verde. E que ela deixe um legado, ou seja, algo que realmente possa ser útil durante dez anos.

Pelo menos que abra caminho e tenha visão estratégia, e o sentido de legado, herança que ela vai deixar. Os acordos podem resultar daí.